

# A PRODUÇÃO DAS HOMOSSEXUALIDADES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

---

Anderson Ferrari

E-mail: aferrari13@globob.com

Marcio Caetano

E-mail: mrvcaetano@gmail.com

Organizar um dossiê com o título “A produção das homossexualidades nas ciências sociais e humanas” nos obriga a algumas considerações preliminares. Uma delas diz respeito ao caráter de construção que o título sugere uma vez que fala de “produção”. Mais do que isso, diz respeito à produção de conhecimento, de discursos, de saberes num campo específico, o das ciências sociais e humanas. Embora tenhamos nos limitado a essa área de conhecimento, consideramos que essa produção dialoga, discute e responde a diferentes formas de produção em outros campos. Outra consideração importante é a relação que podemos estabelecer entre as homossexualidades e os gêneros. Entendendo que essas discussões e produções não são separadas, queremos contribuir para a ampliação dessas articulações, de forma que o título não limite o campo de interesse nas orientações sexuais.

Trabalhando nessa esfera de investigação, ou seja, na produção de conhecimento sobre homossexualidades originário das ciências sociais e humanas, viemos percebendo um movimento relativamente novo de ampliação e crescimento dessa produção. Relativamente novo porque ele diz respeito à segunda metade do século XX, contemporâneo do feminismo e do movimento *gay*, que foram influentes no desenvolvimento dos estudos *gays* e lésbicos. Estamos interessados nas condições sociais que possibilitaram a emergência dos conhecimentos sobre as homossexualidades, assim como no que dizem tais conhecimentos, exatamente porque acreditamos que eles representam um aporte importante no campo das sexualidades e das subjetividades, além de contribuir para que possamos tomar conhecimento do que está sendo produzido em benefício de novas pesquisas. Em outras palavras, nossa intenção, portanto, é de trazer à discussão um movimento de produção que é histórico, que nos faz pensar suas condições de emergência e que dialoga com movimentos sociais (LGBT, ONGs-AIDS, Feministas), com perspectivas teóricas (Estudos Culturais, Estudos *Gays* e Lésbicos, Perspectiva Feminista, Pós-estruturalismo) e com associações acadêmicas e eventos científicos de grande porte (Anped, Fazendo Gênero, ABEH etc.).

Reconhecendo a historicidade dos objetos e sujeitos, os estudos genealógicos, inaugurados por Foucault, defendem a importância de se investigar a sua construção, levando em conta as suas condições de surgimento. Partir de questões levantadas no presente significa problematizá-las considerando sua história, pensando o seu aparecimento numa determinada época, para refletir acerca das continuidades e rupturas, construindo uma história do presente. Assim sendo, a proposta dos artigos que compõem este número temático é questionar e problematizar o que parecem ser “verdades” inquestionáveis numa escolha política pela ideia de construção das homossexualidades.

Dessa forma, as interrogações feitas ao passado têm a finalidade de questionar o presente. “No presente há um tanto de passado, mas o passado não representa um lugar fixo ou um objeto preservado em um ‘baú de prata’, de tal modo que ao se encontrar as chaves corretas poder-se-ia abri-lo e descobrir verdades até então desconhecidas” (CÉSAR, 2004, p. 32). Nesse sentido, o que importa não é o que somos, mas sim como chegamos a nos tornar o que somos, para, a partir daí, poder contestar esses mecanismos de construção. O que nos importa é o entendimento da construção dos sujeitos pelo saber, como sujeitos de conhecimento; pela relação com os outros, como sujeitos construídos a partir da ação dos outros e pela ação de cada um consigo mesmo, como sujeitos que são construídos em meio a uma moral, que é internalizada e que age sobre eles (VEIGA-NETO, 2003).

Recuperar a construção das homossexualidades é retomar a história para entender como o homossexual se torna “homossexual”, ou seja, até que ponto o que está sendo organizado hoje depende desse passado, e ainda, em que medida aqueles que não têm essas mesmas experiências tornam-se similares. Seria possível pensar uma identidade homogênea da homossexualidade, ora recorrendo à essência, ora à experiência? O que parece servir para a identificação com uma dessas perspectivas é a expressão do desejo. Ou seja, a definição da homossexualidade está diretamente ligada ao desejo e, mais especificamente, ao objeto do desejo. Assim, mais importante do que a questão anterior, outras devem ocupar nossas atenções ao lermos os artigos deste dossiê: como a ideia de desejo está presente no entendimento das homossexualidades? Até que ponto problematizamos essas categorias como construções históricas? Que conhecimentos emergem ao problematizar o desejo e historicizar as homossexualidades?

Para Flandrin (1988, p. 8), “não somos livres para recusar nossa herança: ela está grudada à nossa pele. E quanto mais quisermos ignorá-la, mais seremos seus prisioneiros”. Essa é uma constatação relevante para entender o trabalho de produção de discursos a respeito das homossexualidades. A história e nossa herança moderna quase sempre são utilizadas com base no “senso comum”, mostrando uma deficiência de informação e de falta de conhecimento da construção do objeto histórico e, como consequência, um entendimento confuso da relação entre a realidade e essas construções. Nesse sentido, a recorrência à história é sempre contraditória. Por um lado, ela é utilizada para mostrar que a homossexualidade não é nova, que já existiu em outras épocas, e que, portanto, os sujeitos não são únicos. O que entra em cena é um entendimento anacrônico da Antiguidade Clássica como época ideal em que a “homossexualidade” era comemorada, vivenciada e não discriminada. Por outro lado, ela também é usada para dar continuidade à luta, apontando os avanços dos grupos *gays*, para reforçar as conquistas e estabelecer novos desafios.

O século XIX é marcado pela preocupação com a classificação do que é o “anormal”. Esse domínio da anomalia funcionou a partir de três elementos: “o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora”. A sexualidade vai estar presente nesse domínio da anomalia desde o seu início. Primeiro, porque o campo geral da anomalia vai inaugurar a preocupação com a classificação e com o policiamento. E, segundo, porque serão identificados e apresentados variados casos particulares de anomalia, caracterizados como distúrbios sexuais (FOUCAULT, 2001, p. 69). Pensando que a homossexualidade também foi construída nesse contexto, parece difícil entendê-la sem levar em consideração a constituição desse domínio da anomalia.

E temos a grande série dos alemães, com Krafft-Ebing, e, em 1870, o primeiro artigo especulativo, teórico se vocês quiserem, sobre a homossexualidade, escrito por Westphal. Estão vendo, pois, que a data de nascimento, em todo caso a data de eclosão, de abertura, dos campos da anomalia e, depois, sua travessia, se não seu policiamento pelo problema da sexualidade são mais ou menos contemporâneos. (FOUCAULT, 2001, p. 212)

Os três elementos introduziram uma nova forma de relação com as questões da sexualidade, criando três figuras, três personagens. Porém, Foucault ressalta que o importante não é entender esse domínio como

simples expressão da repressão, mas como a constituição de um novo mecanismo de poder. Quando se nomeiam essas formas de expressão, assim como aconteceu com a homossexualidade e outras experiências e sexualidades “marginalizadas”, não se trata apenas de listá-las ou excluí-las do real. Os mecanismos de poder que se inauguram estão mais ligados ao adestramento, à vigilância e à confissão do que à penalidade, trazendo para o debate novos campos de conhecimentos propensos a construir discursos inesgotáveis e corretivos, como a medicina e a educação, por exemplo. “Graças a esse apoio o poder avança, multiplica suas articulações e seus efeitos, enquanto o seu alvo se amplia, subdivide e ramifica, penetrando no real ao mesmo ritmo que ele” (FOUCAULT, 1988, p.42, 43).

Esse novo mecanismo de poder que se inaugurou no século XIX foi responsável por incorporar as sexualidades que fugiam do formato cristão do casamento monogâmico e do modelo heterossexual adulto, assim como as perversões e novas especificações dos indivíduos (FOUCAULT, 1988). Sendo assim, o homossexual torna-se uma personagem:

[...] um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual porém como natureza singular.

[...] A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1988, p. 43, 44)

O desejo e o “uso dos prazeres na relação com rapazes” sempre foi motivo de inquietação desde a Antiguidade (FOUCAULT, 1984). No entanto, o termo homossexualidade serve muito pouco, ou nada, para compreender o tipo de experiência, as valorizações e os sistemas de recortes históricos tão distantes do nosso. Mesmo assim, é possível questionar o que faz a sociedade ocidental modificar o seu tratamento com o desejo e o “uso dos prazeres na relação com rapazes”. “Os gregos não opunham, como duas

escolhas excludentes, como dois tipos de comportamento radicalmente diferentes, o amor ao seu próprio sexo ao amor pelo sexo oposto” (FOUCAULT, 1984, p. 167). A oposição mais preocupante estava relacionada à entrega ao prazer. Do ponto de vista da moral, a grande questão era não se deixar dominar pelo prazer, pelo desejo, mantendo-se o homem, senhor de si. Eram desprezados os rapazes fáceis ou interesseiros, os homens efeminados e os devassos, o que demonstra que nem todo prazer era, por si só, bom e valorizado. No entanto, o objeto de desejo pouco importava. O prazer, tanto com os rapazes quanto com as mulheres, era igualmente possível em um homem.

Bissexualidade dos gregos? Se quisermos dizer com isso que um grego podia, simultaneamente ou alternadamente, amar um rapaz ou uma moça, que um homem casado podia ter seus *paidika*, que era corrente, após as inclinações “para rapazes” na juventude, voltar-se de preferência para as mulheres, então, pode-se muito bem dizer que eles eram “bissexuais”. Mas se quisermos prestar atenção à maneira pela qual eles refletiam sobre essa dupla prática, convém observar que eles não reconheciam nela duas espécies de “desejos”, “duas pulsões”, diferentes ou concorrentes, compartilhando o coração dos homens ou seus apetites. Podemos falar de sua “bissexualidade” ao pensarmos na livre escolha que eles se davam entre os dois sexos, mas essa possibilidade não era referida por eles a uma estrutura dupla, ambivalente e “bissexual” do desejo. A seus olhos, o que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são “belos” qualquer que seja o seu sexo. (FOUCAULT, 1984, p. 168)

Nesse sentido, não se pode falar da existência de uma distinção entre o amor homossexual e o heterossexual. Entretanto, os homens podiam ser distinguidos pelo tipo de prazer a que eram mais ligados: questão de gosto e não de tipologia, demarcando e classificando “a própria natureza do indivíduo, a verdade de seu desejo ou a legitimidade natural de sua inclinação” (FOUCAULT, 1984, p. 170). O prazer com rapazes ou moças não resultava em classificação, tanto uma quanto a outra forma de orientação era livre, permitida pelas leis e opiniões, encontrando suporte nas instituições, como, por exemplo, as militares, as pedagógicas e até mesmo vivenciadas em ritos e festas religiosas. Eram culturalmente valorizadas

pela literatura, cantadas nos versos, de modo que esta servia para refletir e fundamentar seu valor.

Com isso, foi sendo construída e incorporada uma nova forma de entender o prazer entre homens, como se este fosse estruturado por um desejo que é particular, com a interrogação recaindo sobre essa singularidade de um desejo que se dirige a pessoas do mesmo sexo. Não que a relação entre homens na Antiguidade não tivesse problemas, regras, convenções e comportamentos, ou seja, todo um jogo complexo em que os participantes sabiam da sua complexidade. Os parceiros assumem estratégias para que a relação tome uma forma moralmente válida.

Elas fixam o papel do *erasta* e o do *erômeno*. O primeiro tem a posição da iniciativa, ele persegue, o que lhe dá direitos e obrigações: ele tem que mostrar seu ardor, e também tem que moderá-lo; ele dá presentes, presta serviços; tem funções a exercer com relação ao amado; e tudo isso o habilita a esperar a justa recompensa; o outro, o que é amado e cortejado, deve evitar ceder com muita facilidade; deve também evitar aceitar demasiadas honras diferentes, conceder seus favores às cegas e por interesse, sem pôr à prova o valor de seu parceiro; também deve manifestar reconhecimento pelo que o amante fez por ele. (FOUCAULT, 1984, p. 175)

Essas convenções servem para demonstrar que a relação entre rapazes dialogava com outras relações e atividades que deviam acompanhá-la. Além disso, elas também chamam atenção para o fato de que, embora aceitas, não eram indiferentes. “Todas essas preocupações mostram bem que as relações de prazer entre homens e adolescentes já constituíam, na sociedade, um elemento delicado e um ponto tão nevrálgico que não podia deixar de preocupar-se com a conduta de uns e dos outros” (FOUCAULT, 1984, p.175).

Colocar em questão essa organização complexa que envolvia o prazer entre rapazes é, ao mesmo tempo, possibilitar reflexões sobre o amor e sobre a construção dos indivíduos, tanto na Antiguidade quanto hoje em dia, buscando um diálogo desses dois momentos via o desejo e o prazer. Contribuindo para esse debate sobre o amor, o engajamento e a construção dos sujeitos, Touraine (1994) afirma que o amor é um dos lugares no qual aparece o sujeito. Para o autor, isso é possível porque o amor é o engajamento do sujeito no seu desejo, combinando erotismo e ternura e transformando o outro em objeto desejado e sujeito.

Pouco a pouco, o homem foi incorporando uma prática constante de vigilância em relação a si próprio, atento para os menores movimentos que se manifestam no seu corpo e no seu pensamento, buscando entender e classificar esses movimentos. É o que Foucault chama de “prática da discriminação”, que estaria no centro da tecnologia de si mesmo, desenvolvida através da preocupação em distinguir no pensamento sua origem, sua qualidade, o objeto e o prazer que ele evoca. “Tarefa de análise permanente que é necessário fazer sobre si mesmo, e, pelo dever de confissão, em relação com os outros” (FOUCAULT, 1987, p. 36).

O que Foucault pretende mostrar com isso é que o campo da sexualidade não foi se tornando, simplesmente, um lugar de proibições, de vigilâncias e de desqualificação do ato sexual, não se tratando da descrição e interiorização de várias interdições. Mais do que isso, o campo da sexualidade, como foi organizado, abriu um novo domínio: o do pensamento. Irregular e espontâneo, repleto e constituído por imagens, por lembranças, por histórias vividas e compartilhadas, por percepções e representações construídas numa cultura, num tempo e lugar, com movimentos e impressões que vão do corpo à mente num processo de “mão dupla”. Neste sentido, o que importa não é o que está no campo do proibido ou do permitido, mas “toda uma técnica para analisar e diagnosticar o pensamento, suas origens, suas qualidades, seus perigos, seus poderes de sedução, e todas as forças obscuras que podem se ocultar sob o aspecto que ele apresenta” (FOUCAULT, 1987, p. 37).

Assim, de forma geral a sociedade vai incorporando o objetivo de expulsar tudo aquilo que é considerado impuro, indesejado e causador de impurezas. E isso é possível de ser conseguido através de uma vigilância contínua. Especificamente, cada grupo social vai elegendo o que se constitui como impuro e que deve ser objeto de vigilância e de expulsão no interior de suas lutas.

A vigilância esteve presente desde a Antiguidade, visto que existiam atos que não eram considerados naturais. Segundo Veyne (1987), não ser natural não significava ser monstruoso, mas que não estava de acordo com as regras sociais. Isso demonstra que havia uma preocupação e, portanto, uma vigilância latente em distinguir e não se distanciar das relações aceitas pelas normas. Entre as práticas condenadas estava a sodomização,<sup>1</sup> consi-

---

<sup>1</sup> A sodomia constituía uma das faltas contra as regras sexuais, que, segundo o discurso católico, se definia como “a consumação sexual num vaso não natural” (FOUCAULT, 2001). Na Idade Média, essa prática se dividia em sodomia perfeita, quando dois homens chegavam ao gozo pela mistura de seus corpos; e imperfeita, quando envolvia duas mulheres que chegavam ao gozo pela descarga da libido, ato menos grave. A sodomização foi uma preocupação contínua da Igreja Católica durante a Idade Média. Talvez

derada libertina e pouco natural. A sodomia, assim como a pederastia, ainda não se constituía como anomalia, como vai acontecer a partir do século XIX. Os praticantes não são considerados “monstros”, ou mesmo personagens com uma natureza específica, mas libertinos, dominados pelo prazer.

A homossexualidade é uma construção social, histórica, relacional, heterogênea, coletiva e individual, além de estar em constante construção e negociação. Essas características não permitem pensar a existência da homogeneidade. Nesse sentido, recuperando a história da homossexualidade, é possível perceber o surgimento das experiências como discurso e suas repercussões sociais.

Assim como a heterossexualidade serve para indicar práticas variadas e disparatadas, a homossexualidade também sugere experiências em que a atração por pessoas do mesmo sexo não é suficiente enquanto qualidade característica que definiria o comum a todas elas. “A diversidade de atos, sentimentos e autodefinições incluídos nessa etiqueta, quando examinada de perto, mostra que a suposta homogeneidade teorizada nada tem a ver com heterogeneidade vivida” (COSTA, 1992, p. 44).

Segundo Costa (1992), foi atribuída aos homossexuais uma identidade homogênea que seria a “marca” capaz de identificá-los, como, por exemplo, comportamento, trejeitos, fala e, sobretudo, o desejo pelo mesmo sexo, como se isso fosse suficiente para se identificar um homossexual. Para o autor, usar os termos “homossexualidade” e “homossexuais” para se referir a indivíduos com práticas homoeróticas é estar preso ao século XIX e aos sentidos atribuídos a eles pelos discursos médico e cristão. Entender a homossexualidade é uma tarefa complexa. Ela pode ser compreendida como reveladora do jogo de força que rotula e nomeia, de forma desigual e arbitrária, as pessoas. A classificação da homossexualidade não leva em consideração o fato de que a população homossexual não é homogênea, assim como a preferência sexual e a vivência dessa preferência.

Escolher um tema, de certa forma, desvalorizado, estigmatizado, que faz parte do domínio dos “menos dignos” da vida social, significa pensar que a sociedade não deve ser estudada apenas pelo lado de seus valores “positivos”, do que é aprovado, mas por todas as manifestações da vida so-

---

porque fosse uma prática marcante nas ordens religiosas. Segundo Mott (2000, p. 116), “1/3 das prisões e execuções de sodomitas efetuadas pela Inquisição Portuguesa incidiam sobre membros da Igreja. É com absoluto merecimento que também no Reino de Portugal a homossexualidade era antigamente chamada de vício dos clérigos”.

cial.<sup>2</sup> Estas devem ser levadas a sério, pois expressam não somente o significado humano, mas também revelam um pouco sobre o pensamento político de seu tempo, mesmo porque definir um grupo como “normal” ou “desviante” é sempre uma postura política. Quem define um ou outro está exercendo o poder de discriminar e classificar. Nesse sentido, esse poder está baseado em uma determinada teoria que serve como justificativa para as ações. Essas justificativas também são diferenciadas de acordo com sua época e finalidade.

A definição do que é homossexualidade e as práticas associadas a essa definição são, acima de tudo, construções históricas relacionadas com o todo da sociedade. Isso porque as diferenças entre os sexos não podem ser explicadas apenas pelos termos biológicos, mas também pelos papéis sociais que cada sociedade forja para os sexos. Assim sendo, em cada contexto existe o comportamento considerado apropriado aos homens e às mulheres de acordo com sua posição social. Qualquer “desvio” desses comportamentos “adequados” é reprimido na tentativa de recuperar o “bom comportamento”.

Durante o século XIX, a homossexualidade não era entendida por uma visão sociológica, ou seja, não estava em questão a relação entre sociedade e a criação das normas, do que é proibido e do que é permitido. No entanto, os amantes homossexuais, homens ou mulheres, estavam mais seguros nessa época do que nos anos seguintes. “A série de reportagens sensacionalistas dos jornais e de julgamentos não menos sensacionalistas em que Eulenburg, junto com seus associados, figurou a partir de 1906, tornou quase obrigatório o esquadrinhamento das aberrações sexuais na imprensa. Podia-se ridicularizá-las ou condená-las, mas não havia como deixar de discuti-las” (GAY, 1990, p. 175, 176). A tendência era acreditar que os homossexuais eram diferentes biologicamente ou psicologicamente dos indivíduos considerados heterossexuais. Assim, a medicina do século XIX cria o “homossexualismo” como discurso, relacionado à doença, demonstrando a influência dessa ciência na definição de suas práticas (FRY; MACRAE, 1985).

Os médicos e a medicina do século XIX contribuíram para a construção social do homossexual, preocupados, sobretudo, com as relações sexuais fora do casamento. Nesse contexto, as autoridades se direcionavam às questões que envolviam a sexualidade dos indivíduos. A justificativa para

---

<sup>2</sup> Essa ideia é amplamente defendida pelos cientistas sociais que investigam os problemas da conduta desviante adotando uma análise da sociedade e da cultura e que vêm adquirindo grande importância na ciência social contemporânea; destacadamente, pode-se citar Velho (1989).

controlar e disciplinar as sexualidades e, em contrapartida, os indivíduos era a de que a “saúde” da nação estava ligada à “saúde” das famílias e, por isso, era dependente da fiscalização da sexualidade (FRY; MACRAE, 1985, p. 61).

A palavra “homossexual” está excessivamente comprometida com o contexto médico-legal, psiquiátrico, sexológico e higienista de onde surgiu. O “homossexual”, como tento mostrar, foi uma personagem imaginária com a função de ser a antinorma do ideal de masculinidade requerido pela família burguesa oitocentista. Sempre que a palavra é usada evoca-se, querendo ou não, o contexto da crença preconceituosa que até hoje faz parecer natural dividir os homens em “homossexuais” e “heterossexuais”. (COSTA, 1992, p. 23-24)

São os médicos que vão reivindicar o poder de sua autoridade; são eles que vão considerar-se capazes e detentores da fala e da “verdade” sobre a sexualidade (FOUCAULT, 1988). O exercício desse poder vai transformar o discurso sobre homossexuais de “crime”, “pecado” para “doença” e, também, vai alterar o tratamento da homossexualidade, pois se o crime e o pecado merecem punição, a doença exige a “cura”.

Com a criação do termo homossexual e com a transformação do homossexual em doente, abre-se a possibilidade de cura através do tratamento “médico-pedagógico” (FRY; MACRAE, 1985). Assim, a medicina estava encarregada de solucionar um problema que atingia a sociedade. Esta ciência propunha ações “médico-corretivas” para os homossexuais, exercendo um controle sobre esses indivíduos. A homossexualidade, na virada do século XIX para o XX, era compreendida em termos biológicos, e a medicina identificava três possíveis causas dessa “doença”: a hereditariedade, os defeitos congênitos e os desequilíbrios hormonais.

O discurso médico sobre a homossexualidade estava vinculado a determinada prática e efeito social (FRY; MACRAE, 1985). Além disso, o modelo do homossexual como um tipo afeminado tornava o indivíduo um “anormal” ou “desviante”, porque tinha um corpo de homem e trejeitos de mulheres. Era o “anormal” biológico da ciência moderna e, ao mesmo tempo, um “anormal” e um “pervertido”, que poderia ser diagnosticado pela medicina. Essa primeira fase de revelação e identificação do homossexual contava com o apoio da família e da escola na denúncia dos atos homossexuais; o indivíduo identificado e classificado como tal estava pronto para receber o tratamento que lhe cabia, segundo os médicos, a fim de “curá-lo” e “regenerá-lo” para o convívio social harmonioso.

Quando se trata da homossexualidade dentro de uma dada sociedade, percebe-se que aquela se enquadra numa hierarquia de emoções e comportamentos, em que se sobrepõem valorização ou desvalorização, tolerância ou condenação. Os padrões de normalidade legitimarão ou não as ações de cada indivíduo, classificando-as como “pecaminosas”, “criminais”, “inconvenientes”. Toda sociedade, por meio do seu código ético-moral, vai determinar o “certo” e o “errado”, o “adequado” e o “inadequado”, o “normal” e o “anormal”. Assim sendo, é necessário pensar nossa sociedade dentro dessa perspectiva e, a partir daí, contextualizar o discurso que trata dos homossexuais (FRY; MACRAE, 1985).

Na verdade, o discurso médico vai se apropriar das questões que envolvem a sexualidade, utilizando para isso a ideia de ciência, que traria a verdade sobre o sexo para os homens, porque detinha o conhecimento. É nessa relação entre medicina e sociedade que o saber se associa ao poder (FOUCAULT, 1988). Os médicos e a medicina se arrogam o direito de poder interferir nas vidas e nos corpos dos indivíduos, porque “conhecem” o que é “certo” e o que é “errado” e, dessa forma, teriam a obrigação de conduzir o homem no caminho correto da sexualidade, respeitando a natureza humana. A medicina, então, se apropria de um campo que anteriormente era dominado pela Igreja Católica.

A Igreja Católica vinculava o discurso da sexualidade ao respeito à natureza humana, ao estado da graça e obra de Deus (PARKER, 1991; PARKER; BARBOSA, 1996). O “certo” e o “errado” estariam determinados a partir daí. Esse discurso católico dos séculos XIX e XX desconfiava dos impulsos sexuais humanos, que cediam às paixões, desviando os homens da sua natureza e da sua relação com a procriação (que seria a verdadeira finalidade do sexo), levando-os, como consequência, às enfermidades, às doenças e às perversões. Nesse ponto, a solução seria a “cura”, não mais pela disciplina, educação e controle, mas às custas de remédios. A carne e o espírito estavam conjugados, sendo a alma afetada pelas ações do corpo e pelas paixões, consequências da sensibilidade e do movimento dos nervos. Assim sendo, os nervos teriam a função de fazer a ligação entre a carne e o espírito. Segundo esse raciocínio, qualquer doença envolveria carne (corpo) e espírito (alma) e, conseqüentemente, a cura deveria envolver essas duas dimensões. Somente assim os homens estariam realmente curados.

A Igreja, ao exercer o trabalho que justificava em parte sua existência – a cura dos espíritos e a absolvição das almas –, dominou, durante muito

tempo, o discurso da sexualidade. Mas são as autoridades médicas que vão definir os novos códigos da moralidade pública, numa fase mundial de modernização e industrialização, trazendo novas oportunidades, realidades e conhecimento às mulheres, às famílias e aos jovens, conduzindo-os a uma maior participação na vida pública. Nesse sentido, a preocupação médica com a família, com as mulheres, com os jovens e com as crianças traduzia-se na preocupação com a nação, a educação e, sobretudo, na preocupação com a ordem pública e com o progresso (FRY; MACRAE, 1985).

Embora a medicina e a ciência tenham se interessado e participado efetivamente da discussão e da determinação de normas e regulamentos das condutas sexuais nos séculos XIX e XX, majoritariamente os conceitos judaico-cristãos permaneceram presentes, determinando as ações de muitos indivíduos. A entrada em cena do discurso médico não significou o desaparecimento e nem tampouco o desinteresse católico pela questão. Não houve a substituição de um pelo outro. O que ocorreu foi a convivência mútua, chegando até mesmo a ponto de um fortalecer e complementar o outro. Para a Igreja Católica, durante todo esse período de convívio com o discurso médico, o sexo permaneceu sendo justificado apenas para a reprodução da espécie e por nenhuma outra razão a mais. Qualquer atividade sexual que se distanciasse desse preceito seria um pecado contra a natureza. Segundo esse raciocínio, a homossexualidade estaria incluída no rol desses pecados contra a natureza humana e a vontade de Deus (RICHARDS, 1993). A homossexualidade parece ter sido um desses campos no qual o discurso médico e o católico se apoiavam, se complementavam e se fortaleciam.

De acordo com Richards (1993), a homossexualidade também era considerada um pecado típico das cidades, das classes altas e de profissionais, provavelmente por ser mais visível nesses ambientes. Portanto, ávida pela reforma moral e espiritual, a Igreja Católica defendia o casamento como instituição central da sociedade civilizada e como necessário para afastar a homossexualidade que a ameaçava. As lutas nas cidades pela moralidade cristã tornaram-se parte integrante da mentalidade burguesa emergente, que também tomou para si a defesa do casamento, da família, da reprodução.

Segundo Costa (1996), a preocupação médica, católica e burguesa com o casamento, a reprodução e a civilização dividiu os espaços público e privado, em face das ameaças do que era público. A rua representava o perigo, ambiente em que se localizavam os pervertidos que necessitavam

de regulamentação, de disciplina e de controle por parte das autoridades públicas. Assim sendo, mulheres, jovens e crianças deveriam desfrutar espaços reservados da casa, ou seja, os espaços privados, longe dos perigos do espaço público das ruas, reservado aos homens. O século XIX sofreu essa demarcação entre o público e o privado, entre o espaço do homem e o espaço da mulher, e entre a política (situada no espaço público e reservada aos homens) e a família (organizada no espaço privado da casa e tarefa feminina). Conforme Foucault (1988), o século XIX uniu a economia e a política, a família e a reordenação sexual dos indivíduos. O homossexual vai ser considerado como o oposto do homem-pai, contrariando a “norma” da sociedade burguesa (COSTA, 1996).

A “norma” e o “desvio”, como comportamentos sociais, também passaram a ser preocupações presentes nos estudos das ciências sociais e humanas, as quais trouxeram importantes contribuições para entendermos, sob outros ângulos, esse problema social e cultural. Esses estudos sobre o “desvio” contribuíram para atenuar seu julgamento negativo, voltado para o “errado”, para o doente, entendendo esse objeto de estudo como revelador do caráter multifacetado e dinâmico de uma cultura ou de uma sociedade, que não podem ser analisadas como estruturas homogêneas.<sup>3</sup> Os “desviantes” passaram a ser entendidos como pessoas que forneciam outras leituras de uma sociedade, que é constantemente inacabada.

Foram os cientistas sociais que inauguraram a concepção do homossexual como construção social, diferenciando comportamento, papéis, categorização e identidades homossexuais. A preocupação com a sociedade e com seus comportamentos sociais, afetivos, sexuais, acabou se prolongando para além das explicações cristãs e médicas, atingindo as ciências sociais e humanas, interessadas em desvendar as diferentes formas de relação entre os homens e a sociedade.

Mas essa análise das ciências sociais e humanas sobre o estudo dos desvios sociais só deu sua contribuição para a reversão das leituras mais conservadoras nas últimas décadas do século XX. Ao que parece, por muitas décadas, para tais ciências a civilização significava disciplina e, sobretudo, controle dos impulsos sexuais dos indivíduos. O poder disciplinar, a defesa e a manutenção da civilização estavam a cargo de instituições apropriadas para isso, tais como prisões, hospícios e escolas. Todas essas

---

<sup>3</sup> Velho (1989), quando estuda o desvio, faz uma crítica à patologia social que centraliza o problema no indivíduo, para defender que essa questão deve partir de outro foco de análise, ou seja, deslocar-se para o âmbito da sociedade ou da cultura.

instituições tinham o objetivo de controlar, educar e, se preciso fosse, punir os indivíduos que estavam sendo desviados do que se considerava “normal”. Assim, o resultado do controle e repressão seria a manutenção harmoniosa da ordem e o domínio de “corpos dóceis”. Ao classificar e hierarquizar as várias condutas sexuais em perversões, estão, ao mesmo tempo, expondo publicamente personalidades e identidades sociais dos perseguidos. Como acredita Foucault (1988), o objetivo não era terminar com as perversões, mas colocá-las à disposição para as análises e a hierarquização. Tanto é que apenas a sociedade ocidental moderna transformou a sexualidade numa ciência, associando a confissão ao acúmulo de conhecimento sobre o sexo.

Para Giddens (1993), quando o prazer erótico produz ou leva à produção de textos, manuais e estudos, ele se transforma em “sexualidade”. Com base nessa afirmação, pode-se considerar o século XIX como período de surgimento da sexualidade, oportunizando o desenvolvimento de várias formas de poder, de conhecimento, de prazer e, fundamentalmente, de relações entre eles.

Atualmente, muito das representações sobre os homossexuais que dominam o senso comum mantém viva essa definição de doença, perversão e pecado, fornecendo-lhe sempre uma visão única e homogeneizadora de toda a coletividade. Com isso, demonstra-se, consciente ou inconscientemente, o desconhecimento das variações possíveis que existem no interior dessa categoria e que impossibilitam falar de homossexual, ao mesmo tempo que obrigam a pensar em homossexuais, sempre no plural.

Existe uma extrema variedade de inserção das pessoas para entender e vivenciar suas sexualidades, sem que haja a obrigação de se definir, diferenciar e mesmo assumir uma identidade sexual. Na verdade, cada indivíduo, classe e categoria têm noções sobre o que vem a ser homossexualidade e sobre o que representa ter uma identidade homossexual. Noções estas que são determinadas por sua cultura e formação, levando-o, a partir daí, a classificar os outros. Isso nos leva a crer que não existe identidade homossexual rígida, mas uma negociação e confrontação entre grupos e indivíduos. Com base na história da homossexualidade (FRY; MACRAE, 1985), é possível perceber como o tema foi apropriado por diferentes discursos em momentos distintos, demonstrando que não há nenhuma verdade absoluta sobre o assunto, mas apenas construções historicamente situadas. Nesse sentido, é necessário pensar a homossexualidade e sua construção como estudo da cultura e da política.

Assim, cada sociedade cria expectativas – impostas através de uma série de mecanismos sociais – em relação ao comportamento que cada um deve desempenhar. Isso é tão forte e está tão incorporado que é feito de forma sutil, despercebida e espontânea. Tratar a homossexualidade como uma questão ideológica e como um discurso político é a opção ideal para pensá-la como resultado das relações entre as pessoas e na construção de papéis sociais que articulam essas visões sobre os homossexuais. Dessa forma, a preocupação estaria centrada nessas relações e não em definir o homossexual, ou seja, o interesse maior estaria nos contextos sociais e culturais em que são produzidas as imagens sobre eles.

Segundo Santos (1993), quem questiona sua identidade e sua posição na relação do poder está questionando as posições hegemônicas. Para o autor, a sociedade está passando por uma crise de regulação social sem, no entanto, ameaçar a dominação capitalista. A diminuição da influência da religião cristã e da medicina na construção da homossexualidade parece ser um fato presente neste final de século. Essa modificação somada à crise de regulação não está, necessariamente, resultando em maiores possibilidades de emancipação do homossexual. Muito pelo contrário. Existe, juntamente com a crise de regulação, uma crise de emancipação, que atinge também os homossexuais. O novo contextualismo e particularismo que estão presentes na sociedade atual, pós-moderna, dificultam pensar estratégias de emancipação.

Foi no interior do debate descrito nesta apresentação que originou-se o número da *Revista Gênero* "As construções das homossexualidades nas ciências sociais e humanas". Para tanto, convidamos pesquisadores e pesquisadoras de destaque em seus campos de conhecimento para, conosco, assumir a tarefa de escrever sobre o tema. Buscamos fornecer um panorama do que está sendo produzido por cada campo, de modo a oferecer aos leitores e leitoras uma ampla diversidade em torno das produções sobre as homossexualidades no Brasil.

## Referências

CÉSAR, Maria Rita de Assis. *Da escola disciplinar à pedagogia do controle*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

\_\_\_\_\_. O referente da identidade da identidade homossexual. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

FLANDRIN, Jean-Louis. *O sexo e o Ocidente: evolução das atitudes e dos comportamentos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, M. O combate da castidade. In: ARIËS, Philippe; BÉJIN, André (Orgs.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud. A paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. v. 2.

GIDDENS, Antony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: EdUNESP, 1993.

MOTT, Luiz. Meu menino lindo: cartas de amor de um frade sodomita. *Revista Entretexos Entresexo*, Lisboa, n. 4, p. 95-118, dez. 2000.

PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

RICHARDS, Jeffrey. Homossexuais. In: \_\_\_\_\_. *Sexo, desvio e danação: as minorias da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. *Tempo social*, São Paulo, v. 5 n. 1, 2, p. 31-52, 1993.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VEYNE, Paul. A homossexualidade em Roma. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Orgs.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.